Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

1 Contexto operacional

A B2W - Companhia Global do Varejo ("B2W" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada na Rua Sacadura Cabral nº 102, no município e Estado do Rio de Janeiro, resultante da fusão entre a Americanas.com S.A. - Comércio Eletrônico (Americanas.com) e a Submarino S.A. (fusão aprovada em 13 de dezembro de 2006 pelos seus acionistas), tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros, sob o código BTOW3. A B2W é controlada pela Lojas Americanas S.A. ("LASA" e/ou "Controladora"), companhia de capital aberto com ações negociadas na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo sob os códigos LAME3 - ON e LAME4 - PN.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") têm como objeto social a comercialização varejista e atacadista de bens e produtos em geral por diversos meios de comercialização, em especial a Internet; aluguel de filmes e correlatos; intermediação e distribuição de ingressos, passagens e tíquetes para atrações públicas, parques e eventos em geral; importação de produtos para revenda; prestação de serviços de promoção, desenvolvimento mercadológico e oferecimento de produtos de crédito; e diversos outros produtos e serviços dedicados ao consumidor em geral.

A B2W possui em seu portfólio as marcas Americanas.com, Shoptime, Submarino, Submarino Finance, B2W Viagens, Ingresso.com e Blockbuster *on-line*, que oferecem centenas de milhares de produtos e serviços em diversas categorias por intermédio dos canais de distribuição internet, catálogos, TV e quiosques. A B2W também oferece serviços de comércio eletrônico terceirizado para algumas das empresas líderes na área de bens de consumo (*business to business to consumer* - B2B2C).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 17 de fevereiro de 2012.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos passivos financeiros, que são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da B2W, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas (i) pela avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo, e (ii) pela manutenção do ativo diferido existente em 31 de dezembro de 2008, o qual vem sendo amortizado, sendo que para fins de IFRS esses gastos não se qualificam para o reconhecimento como ativo.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS vigindo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto quanto à opção pela adoção do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em controladas em conjunto, ao invés de consolidação proporcional. A Companhia não optou pela alteração do critério de contabilização do investimento em controlada em conjunto.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se o Grupo controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(ii) Controladas em conjunto

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. A Companhia não possui investimentos em coligadas. O investimento em controlada em conjunto é consolidado de forma proporcional.

A partir de 2011, a Companhia passou a consolidar, de forma proporcional, Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo (FIDC), sociedade de propósito especifico constituída em 2011 com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de sua controladora Lojas Americanas S.A. (individualmente "Cedentes" ou, em conjunto, "Cedentes"). Na consolidação, a Companhia considera, para fins de determinação do percentual de consolidação que cabe a cada cedente (consolidação proporcional), a proporção de saldo de títulos securitizados em cada data-base por Cedente, em relação ao saldo total de títulos securitizados. Em 31 de dezembro de 2011, aproximadamente 70,3% e 29,7% foram consolidados na Companhia e na sua controladora, respectivamente. Vide detalhes adicionais na Nota 7(a).

(iii) Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado dos exercícios findos em 2011 e 2010 da controladora com o consolidado:

	<u>Patrimôn</u>	Patrimônio líquido		<u>Resultado</u>
	2011	2010	2011	2010
Controladora	1.157.377	255.302	(99.996)	22.672
Baixa do diferido Reversão amortização do diferido Imposto de renda e contribuição	(28.075)	(44.481)	16.406	16.539
social diferidos	9.546	15.124	(5.578)	(5.624)
Consolidado	1.138.848	225.945	(89.168)	33.587

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As atividades da Companhia estão concentradas na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização não presencial, em especial a Internet. Apesar da diversidade de produtos vendidos e serviços prestados pela Companhia (comércio varejista e atacadista, aluguel de filmes, venda e distribuição de ingressos, passagens e tíquetes para atrações públicas, parques e eventos em geral, dentre outros), tais atividades não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos operacionais independentes, sendo os seus resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Administração entende que a Companhia está organizada, basicamente, em uma única unidade de negócio. A Companhia atua também na área de produtos financeiros, por meio da controlada em conjunto Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda., que, por não atingir os parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos, não está sendo apresentada como segmento operacional em separado.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 2.5 e 2.8).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudancas adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) acima. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos - atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. Maiores detalhes vide Nota 2.16.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber junto as administradoras de cartões de crédito estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, calculado sobre a parcela das vendas e da provisão para crédito de liquidação duvidosa. As vendas efetuadas por meio de operações corporativas, projetos de fidelidade e acordos comerciais estão registradas na rubrica "Demais contas a receber".

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*")

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo médio de aquisição é ajustado pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo) e das bonificações recebidas de fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ágios apurados nas aquisições de investimentos, inclusive de incorporação, decorrentes de expectativa de rentabilidade futura, foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 utilizando os prazos de 5 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nas investidas. Os valores de ágios por expectativa de rentabilidade futura não são mais amortizados a partir de 1º de janeiro de 2009.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(c) Softwares/Website

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de web sites (principal canal de vendas da Companhia), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infra-estrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos sites), os direitos de uso de *software*, bem como desenvolvimento gráfico são registrados no intangível, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 04 (IAS 38), sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (Nota 15).

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e websites e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes dos novos *software* e websites identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software/website*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de empréstimos incorridos durante o período de desenvolvimento do *software/websites*. O montante dos encargos sobre os empréstimos capitalizados é obtido através da aplicação da taxa média ponderada dos empréstimos que estiveram vigentes durante o período sobre os investimentos realizados na obtenção do ativo e não excede o montante dos custos de empréstimos incorridos durante o período.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.14).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.12 Ativo diferido

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 43, a Companhia optou por manter, até a sua realização total, no grupo Ativo Diferido, os saldos relacionados com despesas pré-operacionais que apresentam evidência de recuperabilidade, para amortização durante o prazo dos benefícios esperados. O efeito da manutenção do saldo de Ativo Diferido é eliminado nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 16).

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15 Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 11,73% a.a. em 31 de dezembro de 2011 (11,70% a.a. em 31 de dezembro de 2010), base das captações para os respectivos exercícios. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" (Nota 9) e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras", pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo das mercadorias vendidas".

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. O mesmo tratamento foi dado aos impostos incidentes sobre essas vendas, considerando-se a alíquota efetiva dos mesmos. Utilizou-se a taxa média de 12,53% a.a. em 31 de dezembro de 2011 (10,68% a.a. em 31 de dezembro de 2010), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-base. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" (Nota 8) e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras", pela fruição do prazo.

2.16 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos objeto de *swap* para fins de proteção às oscilações de taxa de cambio estão registradas a valor justo, conforme demonstrado na Nota 4.1(a).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O Grupo opera plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os servicos dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, que é calculado na data da outorga dos programas de opcões de compra de ações, com base em modelos de precificação usualmente adotados pelo mercado. Estes modelos são calculados utilizando-se premissas tais como valor de mercado da ação, preço de exercício da opção, volatilidade do preço das ações da Companhia (calculada com base no histórico do preço de suas ações), taxa de juros livre de risco, prazo de vigência do contrato ("vesting period") e expectativa de distribuição de dividendos. Os custos de remuneração atrelados a estes programas são registrados pelo método linear durante o período de prestação de serviços pelo seu beneficiário, considerando a expectativa de desistência. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações estão divulgados na Nota 22. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(b) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(c) Outros benefícios

A Companhia e suas controladas não concedem outros beneficios pós-empregos, beneficios de rescisão de contrato de trabalho ou outros beneficios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 22).

2.20 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias e serviços

As receitas de vendas de mercadorias e serviços, que incluem o frete cobrado de clientes, são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidas de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculado sobre as vendas a prazo e os impostos sobre as vendas. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como "outras obrigações" classificadas no passivo circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(c) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

2.22 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

2.23 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2011. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- O IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 10 "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

- IFRS 11 "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- O IFRS 12 "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicálo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Perda (impairment) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Não foram reconhecidas perdas por *impairment* do ágio nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(b) Recuperação do imposto de renda, contribuição social e outros impostos diferidos

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

De acordo com as estimativas da administração, a Companhia gerará lucro tributário suficiente para compensar os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias em até 8 anos. Em um cenário de deteriorização do lucro tributário em 20%, esse prazo seria estendido para 10 anos.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

(b) Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques.

(c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

(d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

A Companhia e suas controladas não possuem opções, swaptions, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Esses riscos são provenientes das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos em moeda estrangeira e sobre o contas a pagar referente à importação de mercadorias de revenda. A Companhia e suas controladas utilizam-se de swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras. Além disso, a empresa utiliza contratos a termo de moeda para proteger-se de variações cambiais do dólar (US\$) frente ao Real (R\$) sobre o fluxo de importação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

• Swaps tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte desses swaps tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos ou ienes). Essas operações de *swap* referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (Nota 17) para moeda e taxa de juros locais, variando de 113,3% a 134,0% do CDI. Esses contratos possuem, em 2011, valor de referência de R\$ 389.610 na controladora (R\$ 469.801 no consolidado). Em 2010, R\$ 430.274 na controladora (R\$ 545.637 no consolidado). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. A Companhia e suas controladas tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

		Controladora		Co	<u>nsolidado</u>
		2011	2010	2011	2010
	Custo amortizado	420.300	411.794	509.730	525.072
Objeto do hedge (dívida)	Ajustado pelo valor justo dos riscos cobertos	470.870	456.778	560.300	567.048
Swaps		50.570	44.984	50.570	41.976
Posição ativa (Dólar + Pré)	Custo amortizado Valor justo	(420.300) (472.860)	(411.794) (446.861)	(509.731) (562.291)	(525.072) (557.131)
		(52.560)	(35.067)	(52.560)	(32.059)
Posição passiva (% CDI)	Custo amortizado Valor justo	408.437 410.427	438.349 428.432	494.486 496.476	554.563 544.646
		1.990	(9.917)	1.990	(9.917)
		(50.570)	(44.984)	(50.570)	(41.976)

Considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de swaps tradicionais, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não produz efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas se utilizam de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia e suas controladas obtém empréstimos e financiamentos junto as principais instituições financeiras do País, substancialmente indexados a variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas como *rating* mínimo "A" na escala de *Standard and Poor's*. Caso clientes sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 71% das vendas da Companhia e suas controladas serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco e pela controlada em conjunto FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento. A Companhia e suas controladas mantêm provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

			Co	<u>ontroladora</u>
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	689.587			
Debêntures	469.927	343.222	1.261.701	
Em 31 de dezembro de 2010				
Fornecedores	768.436			
Debêntures	352.450	610.183	1.387.804	487.355

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

			C	onsolidado
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011				
Fornecedores	702.339			
Debêntures	670.116	343.222	1.261.701	
Em 31 de dezembro de 2010				
Fornecedores	794.052			
Debêntures	505.177	613.769	1.387.804	487.355

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

• Análise de sensibilidade das operações de swaps

As operações de swap registradas pela Companhia e suas controladas, foram contratadas simultaneamente às operações dos empréstimo em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta da Companhia, em dólares norte-americanos, era de R\$ 470.870 (controladora) e de R\$ 560.301 (consolidado).

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 03 de fevereiro de 2012, indicavam uma taxa de câmbio para o final do exercício de 2012 (cenário provável) de 1,7500 R\$/US\$, ante uma taxa de 1,8758 R\$/US\$ verificada em 31 de dezembro de 2011.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50% respectivamente, acima da expectativa provável, conforme demonstrado no quadro abaixo:

				Controladora
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011 Taxa de câmbio estimada para 31 de		1,8758	1,8758	1,8758
dezembro de 2012		1,7500	2,1875	2,6250
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	(31.579)	78.244	188.067
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	31.579	(78.244)	(188.067)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

				Consolidado
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa câmbio em 31 de dezembro de 2011 Taxa câmbio estimada para 31 de		1,8758	1,8758	1,8758
dezembro de 2012		1,7500	2,1875	2,6250
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	(37.576)	93.105	233.786
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	37.576	(93.105)	(233.786)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

• Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Companhia e suas controladas mantêm a totalidade da sua dívida e das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os swaps tradicionais). Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia (controladora) apresentava uma dívida líquida de R\$ 635.059, representada pelo valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de caixa e títulos/valores mobiliários (no consolidado a dívida líquida era de R\$ 1.172.482).

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 03 de fevereiro de 2012 indicavam uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 9,32%, cenário provável para o ano de 2012, ante a taxa efetiva de 10,87% verificada no ano de 2011.

Controladora

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

			Controladora
Operação	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 2011	10,87%	10,87%	10,87%
Dívida líquida	635.059	635.059	635.059
Taxa anual estimada do CDI em 2012	9,32%	11,65%	13,98%
Efeito anual na dívida líquida:	2,70	, •	0.,
Redução	(9.843)		
Aumento		4.953	19.750
			Consolidado
Operação	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 2011	10,87%	10,87%	10,87%
Dívida líquida	1.172.482	1.172.482	1.172.482
Taxa anual estimada do CDI em 2012	9,32%	11,65%	13,98%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	(18.173)		
Aumento		9.145	36.464

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011.

			Co	nsolidado
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Ativos				
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Ativos financeiros disponíveis para venda		17.980		17.980
Títulos e valores mobiliários		905.133		905.133
Total do ativo		923.113		923.113
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado Empréstimos e financiamentos (Moeda Estrangeira) Derivativos usados para <i>hedge - swap</i>		560.301 (65.81 <u>5</u>)		560.301 (65.81 <u>5</u>)
Total do passivo		494.486	=	494.486

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

	-		(Consolidado
	Nível 1	Níve	l <u>2</u> Nível <u>3</u>	Saldo total
Ativos Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Ativos financeiros disponíveis para venda Títulos e valores mobiliários		790.7	<u> </u>	790.707
Total do ativo		790.7	07	790.707
Passivos Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado Empréstimos e Financiamentos (Moeda Estrangeira) Derivativos usados para hedge - swap		567.0 (12.4		567.048 (12.48 <u>5</u>)
Total do passivo		554.5	63	554.563
5 Instrumentos financeiros por categoria			Co	onsolidado
Em 31 de dezembro de 2011	Emprésti e receb		Disponível para venda	Total
Ativos, conforme o balanço patrimonial Ativos financeiros disponíveis para venda Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados Caixa e equivalentes de caixa		7.241 5.297	923.113	923.113 1.217.241 15.297
	1.232	2.538	923.113	2.155.651
	Pass mensur ao valor j por me resul	justo io do	Outros passivos financeiros	Total
Em 31 de dezembro de 2011				
Passivo, conforme o balanço patrimonial Empréstimos Moeda nacional Moeda estrangeira Instrumentos financeiros derivativos - swap Fornecedores e outras obrigações, excluindo		0.301 5.815)	1.305.440	1.305.440 560.301 (65.815)
obrigações legais Debêntures			737.072 310.966	737.072 310.966
	49	<u>4.486</u>	2.353.478	2.847.964

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

		C	onsolidado
Em 31 de dezembro de 2010	Empréstimos e recebíveis		Total
Ativo, conforme o balanço patrimonial Ativos financeiros disponíveis para venda Contas a receber de clientes		790.707	790.707
e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados Ativos financeiros mensurados a valor justo	884.592		884.592
por meio do resultado Caixa e equivalentes de caixa	15.283 899.875	790.707	15.283 1.690.582
Em 31 de dezembro de 2010	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial Empréstimos e financiamentos Moeda nacional Moeda estrangeira Instrumentos financeiros derivativos - swap Fornecedores e outras obrigações, excluindo	567.048 (12.485)	832.662	832.662 567.048 (12.485)
obrigações legais Debêntures		838.011 691.104	838.011 691.104
	<u>554.563</u>	2.361.777	2.916.340

Controladora

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificados como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito. O caixa da Companhia está aplicado nas maiores instituições financeiras do Brasil - todas instituições de primeira linha - e os recebíveis da Companhia e suas controladas são essencialmente junto às principais operadoras de cartão de crédito, que possuem excelentes níveis de classificação de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

7 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Disponíveis para a venda Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo (FIDC) Certificados de Depósito Bancário - CDBs Debêntures	18.544 198.425 682.458	582.632 194.341	17.980 213.917 691.216	594.761 195.946
	899.427	776.973	923.113	790.707
Não circulante Circulante	(18.544) 880.883	776.973	923.113	790.707

(a) Fênix Fundo de Investimento de Direitos Creditórios do Varejo

Em fevereiro de 2011, foram iniciadas as operações do Fênix fundo de investimento em direitos creditórios do varejo ("Fênix FIDC do Varejo"), com a finalidade específica de adquirir os direitos de crédito de titularidade da Lojas Americanas e da ("Cedentes"), originados por meio de cartões de crédito utilizados em operações de compra e venda de produtos e serviços realizadas entre as Cedentes e seus clientes finais, cujas transações eletrônicas sejam capturadas e processadas pelos sistemas de adquirência. O Fênix FIDC do Varejo tem prazo de duração indeterminado, sendo que cada emissão/série de quotas terá prazo de vencimento determinado. A 1ª emissão de quotas sênior e quotas subordinadas mezanino ("Quotas"), realizada em 24 de fevereiro de 2011, mesma data na qual as Quotas foram subscritas pelos investidores ("Data de Subscrição"), tem amortização final programada para o 60° (sexagésimo) mês contado a partir da Data de Subscrição.

A estrutura do patrimônio líquido do Fênix FIDC do Varejo, em 31 de dezembro de 2011, representado, em seu balanço patrimonial a seguir, pelas rubricas "contas a pagar" no passivo não circulante e patrimônio líquido, é subdividida em: 1.643 quotas sênior de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 515.501, representativas de 90,53% do patrimônio líquido do Fênix FIDC do Varejo nessa data; 72 quotas subordinadas mezanino de titularidade de terceiros, no montante de R\$ 23.028, representativas de 4,04% do patrimônio líquido do Fênix FIDC do Varejo nessa data; e 93,34 quotas subordinadas junior de titularidade das Cedentes, no montante de R\$ 30.906 representativas de 5,43% do patrimônio do Fênix FIDC do Varejo nessa data. O regulamento do Fênix FIDC do Varejo define que a relação entre o valor do patrimônio líquido e o valor total das quotas sênior não poderá ser inferior a 109,86% (cento e nove inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) e que a relação entre o valor do patrimônio líquido e o somatório do valor total das quotas sênior e do valor total das quotas subordinadas mezanino, não poderá ser inferior a 105,25% (cento e cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento). O Benchmark de remuneração das quotas sênior é 111% da Taxa DI e das quotas subordinadas mezanino é 155% da Taxa DI. As quotas subordinadas junior não tem meta de remuneração.

As Cedentes foram contratadas pelo Fênix FIDC do Varejo para atuar como agentes de cobrança de direitos de créditos inadimplidos, agentes de conciliação e cobrança e agentes de depósito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

As operações de securitização de direitos creditórios, realizadas pelas Cedentes para o Fênix FIDC do Varejo, totalizam R\$ 539.295 em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$ 159.911 securitizados pela controladora Lojas Americanas e R\$ 379.384 securitizados pela Companhia.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do período de 24 de fevereiro de 2011 (constituição do fundo) a 31 de dezembro de 2011 do Fênix FIDC do Varejo estão assim compostos:

	31 de dezembro de 2011
Ativo	
Caixas e equivalentes de caixa	4.304
Títulos e valores mobiliários	25.576
Contas a receber	539.295
Demais contas a receber	389
Total do ativo	569.564
Passivo	
Contas a pagar	538.658
Patrimônio líquido	30.906
Total do passivo e patrimônio líquido	569.564
	31 de
	dezembro
	<u>de 2011</u>
Receita financeira	61.659
Despesa financeira	(58.753)
Lucro líquido do exercício	2.906

A carteira de títulos e valores mobiliários do FIDC, está composta por: Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTN), Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Cotas do Fundo de Aplicações Financeiras, os quais estão disponíveis a qualquer momento, para aquisições de recebíveis originados nas operações das cedentes

(b) Demais ativos financeiros disponíveis para venda

Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de 100,0% a 105,0% do CDI em 30 de Dezembro de 2011 (de 100,0% a 105,2% do CDI em 31 de dezembro de 2010). Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

As Debêntures foram emitidas por instituição financeira de primeira linha, e estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de 100,0% a 102,9% do CDI controladora e consolidado em 30 de Dezembro de 2011 (de 100% a 105% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2010), podendo ser negociadas a qualquer momento e sendo classificados como disponíveis para venda. Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

	Co	Controladora		<u>onsolidado</u>
	2011	2010	2011	2010
Em 1º de janeiro Adições Alienações	776.973 3.423.152 (3.319.718)	540.010 2.763.445 (2.525.528)	790.707 4.043.035 (3.911.105)	547.832 3.145.697 (2.901.868)
Ganhos e perdas líquidos transferidos para o patrimônio líquido	476	<u>(954</u>)	476	(954)
Em 31 de dezembro	880.883	776.973	923.113	790.707

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010	
Cartões de crédito (i) Fênix Fundo de Investimentos em	560.851	606.556	572.313	640.930	
Direitos Creditórios do Varejo (FIDC) Demais contas a receber (ii)	72.323	89.890	379.384 261.131	258.557	
Ajuste a valor presente Provisão para créditos de liquidação duvidosa	633.174 (16.169) (30.38 <u>3</u>)	696.446 (16.151) (30.208)	1.212.828 (16.169) (63.469)	899.487 (16.151) (66.1 <u>35</u>)	
	586.622	650.087	1.133.190	817.201	

- (i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até doze meses. O risco de crédito da Companhia e de suas controladas é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.
- (ii) Outras contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas, projetos de fidelidade e acordos comerciais.

A Companhia realiza operação de securitização de seus direitos creditórios representado por contas a receber de administradoras de cartão de crédito com Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Nota 7(a). Conforme descrito na Nota 2.2 (iii), o FIDC é consolidado pela Companhia.

Os valores registrados como contas a receber aproximam-se aos valores justos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

A abertura por idade de vencimento é como segue:

		Controladora		Controladora Consolida		Consolidado
	2011	2010	2011	2010		
A vencer	555.449	615.542	1.093.120	773.776		
Vencidos: até 30 dias 30 a 60 dias 61 a 90 dias 91 a 120 dias 121 a 180 dias	5.574 4.428 4.555 4.635 11.981	6.177 4.907 5.048 5.137 13.276	7.165 5.692 5.855 5.959 15.399	7.765 6.168 6.346 6.458 16.688		
	586.622	650.087	1.133.190	817.201		

O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa considera a média das perdas efetivas dos últimos doze meses, combinada com a análise da Administração sobre prováveis perdas dos créditos a vencer e vencidas.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2010 Adições	19.521 10.687	48.898 17.237
Saldo em 31 de dezembro de 2010 Adições Reversões	30.208 175	66.135 175 (2.841)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	30.383	63.469

9 Estoques

	Cont	<u>Controladora</u>		<u>isolidado</u>
	2011	2010	2011	2010
Mercadorias para revenda Suprimentos e embalagens Ajuste a valor presente Provisão para perdas	498.773 11.854 (5.339) (26.128)	558.304 12.237 (15.017) (24.577)	530.546 11.855 (5.339) (26.128)	587.370 12.237 (15.017) (24.577)
	479.160	530.947	510.934	560.013

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2010	(13.010)
Adições	(11.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(24.577)
Adições	(1. <u>551</u>)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(26.128)

10 Impostos a recuperar

	Con	<u>Controladora</u>		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010		
IR retido na fonte	22.667	8.593	23.938	9.166		
PIS e COFINS	70.881	31.964	71.805	31.974		
ICMS	10.390	2.528	10.402	2.528		
Antecipações de IR e CSLL	4.907	9.204	9.137	10.220		
Outros	1.017	410	1.372	1.031		
	109.862	52.699	116.654	54.919		

11 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	-			Ativo
		Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Prejuízos fiscais	105.065	25.427	107.479	25.427
Bases negativas de contribuição social Diferenças temporárias	37.823	9.154	38.692	9.154
Contingências	5.216	4.356	5.216	4.356
Operações de <i>swap</i> não liquidados Ajuste a valor presente créditos	13.551	19.008	14.908	19.008
e obrigações Provisões para créditos de liquidação	13.590	16.002	13.590	16.002
duvidosa	10.330	11.602	21.579	17.175
Provisão perdas nos estoques	8.884	8.356	8.884	8.356
Baixa do diferido			9.546	20.745
Outros	4.321	9.701	6.198	14.720
	198.780	103.606	226.092	134.943

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

	Cont	Controladora		Consolidado		
	2011	2010	2011	2010		
Amortização de ágio Capitalização de juros Revisão vida útil intangível Revisão vida útil imobilizado Reversão amortização diferido	19.408 20.309 15.896 4.742	9.458 7.354 6.996 1.649	19.408 20.309 15.896 4.742	7.354 6.996		
	60.355	25.457	60.355	31.080		
(b) Expectativa de realização dos impost	os diferidos					
			C	<u>ontroladora</u>		
			2011	2010		
Ativo de imposto diferido						
Ativo de imposto diferido a ser recuperad Ativo de imposto diferido a ser recuperad			37.940	7.222		
mais de 12 meses	1		160.840	96.384		
			198.780	103.606		
Passivo de imposto diferido Passivo de imposto diferido a ser liquidad	lo depois de					
mais de 12 meses			60.355	<u> 25.457</u>		
			60.355	25.457		
Ativo de imposto diferido (líquido)			138.425	78.149		
				Consolidado		
			2011	2010		
Ativo de imposto diferido Ativo de imposto diferido a ser recuperado em Ativo de imposto diferido a ser recuperado de	até 12 meses		42.957	9.406		
mais de 12 meses	pois de		183.135	125.537		
			226.092	134.943		
Passivo de imposto diferido Passivo de imposto diferido a ser liquidado de	pois de					
mais de 12 meses			60.355	31.080		
			60.355	31.080		
Ativo de imposto diferido (líquido)			165.737	103.863		

Passivo

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

A Companhia apresenta histórico de lucro tributável e as estimativas de recuperação do ativo fiscal diferido estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2011. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões.

A legislação fiscal do Brasil permite que prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser registrados indefinidamente para serem utilizados para compensar lucros tributáveis futuros. No entanto, a legislação fiscal promulgada em 1995 limita a utilização de carregamento de prejuízos fiscais em um determinado ano a 30% do lucro tributável.

(c) Movimentação dos impostos diferidos

A movimentação dos ativos e passivos de impostos diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

				Con	troladora
	Provisões	Ajustes a valor presente	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Ativo de imposto diferido					
Em 1º de janeiro de 2010 Debitado (creditado) à demonstração	27.406	17.912	32.654	13.518	91.490
do resultado Outros débitos (créditos)	15.916	(2.377)	1.927	(3.817) 467	11.649 467
Em 31 de dezembro de 2010	43.322	15.535	34.581	10.168	103.606
(Creditado) debitado à demonstração do resultado Outros débitos (créditos)	(3.489)	(1.522)	108.307	(7.232) (890)	96.064 (890)
Em 31 de dezembro de 2011	39.833	14.013	142.888	2.046	198.780

			(<u>Controladora</u>
	Amortização de ágio	Capitalização de juros	Outros	Total
Passivo de imposto diferido				
Em 1º de janeiro de 2010 Creditado à demonstração	5.208	2.689		7.897
do resultado Debitado diretamente ao patrimônio	4.250	4.665	8.645	17.560
Em 31 de dezembro de 2010 Creditado à demonstração	9.458	7.354	8.645	25.457
do resultado Creditado diretamente ao patrimônio	9.950	12.955	11.993	34.898
Em 31 de dezembro de 2011	19.408	20.309	20.638	60.355

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

					Cor	solidado
	<u>Provisões</u>	Ajuste a valor presente	Baixa do diferido	Prejuízos fiscais	Outros	Total
Ativo de imposto diferido						
Em 1º de janeiro de 2010 Debitado (creditado) à	20.488	17.912	26.515	35.131	20.437	120.483
demonstração do resultado Outros débitos (créditos)	9.399	(2.377)	(5.770)	(972)	13.291 889	13.571 889
Em 31 de dezembro de 2010	29.887	15.535	20.745	34.159	34.617	134.943
(Creditado) debitado à demonstração do resultado Outros débitos (créditos)	7.467	(1.522)	(11.199)	111.268	(14.297) (568)	91.717 (568)
Em 31 de dezembro de 2011	37.354	14.013	9.546	145.427	19.752	226.092
					Co	nsolidado
	Amortização de ágio	amortiz		pitalização de juros	Outros	Total
Passivo de imposto diferido						
Em 1º de janeiro de 2010 Debitado (creditado) à	5.208	;	5.769	2.689		13.666
demonstração do resultado	4.250	<u> </u>	(146)	4.665	8.645	17.414
Em 31 de dezembro de 2010 Debitado (creditado) à	9.458	1	5.623	7.354	8.645	31.080
demonstração do resultado	9.950		5.623)	12.955	11.993	29.275
Em 31 de dezembro de 2011	19.408			20.309	20.638	60.355

(d) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social Alíquota nominal	(161.161) 34%	28.583 34%	(135.411) 34%	49.900 34%
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil Participação em controladas e controlada	(54.795)	9.718	(46.039)	16.966
em conjunto Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(6.269) (101)	(3.673) (1 <u>34</u>)	(204)	(653)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(61.165</u>)	5.911	(46.243)	16.313
Corrente Diferido	(61.16 <u>5</u>)	5.911	16.199 (62.442)	12.470 3.843
Imposto de renda e contribuição social	(61.165)	5.911	(46.243)	16.313

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

12 Investimentos

	C	<u>Controladora</u>		
	2011	2010		
Participação em controladas Participação em controlada em conjunto	48.816 10.393	35.473 5.299		
	59.209	40.772		

(a) Controladas

(i) Ingresso.com S.A.

A controlada oferece tecnologia e serviços de compra via web de ingressos para shows, teatros, futebol, parques, eventos e cinemas.

A Companhia detém 100% de participação na Ingresso.com que possui 100% de participação na B2W Rental Ltda.

(ii) B2W Viagens Ltda.

A controlada, através de suas marcas Americanas Viagens, Submarino Viagens e Shoptime Viagens, oferece serviços de reservas de hotéis, pacotes turísticos, passagens aéreas, cruzeiros e aluguel de veículos.

Além da participação direta na Submarino Viagens e Turismo Ltda., a Companhia possui 15,73% de participação indireta nessa investida, por intermédio da 8M Participações Ltda.

(b) Controlada em conjunto

(i) Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.

A Companhia possui participação acionária de 50% na Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda., empresa com administração compartilhada com Cetelem Brasil S/A - Crédito financiamento e investimento, através da qual oferece o Cartão de Crédito Submarino e financiamento para compra de produtos no site Submarino. Dessa forma, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando-se os saldos desta controlada em conjunto de forma proporcional à participação de 50% detida pela Companhia.

Abaixo os principais valores, já considerado o percentual de participação (direto e indireto), das demonstrações financeiras da referida empresa:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Ativo	2011	2010	Passivo	2011	2010
Circulante Disponibilidades Impostos a recuperar	11.734 740	3.488 450	Circulante Contas a pagar Salários e encargos	628	552
Outros	108	480	sociais a pagar	385	204
			Tributos e contribuições	2.775	349
	12.582	4.418		3.788	1.105
Não circulante Imposto de renda e contribuição social			Patrimônio líquido Capital social	12.005	12.005
diferidos	1.544	1.886	Prejuízos acumulados	(1.612)	(6.706)
Imobilizado Intangível	13 42	27 73	•	10.393	5.299
	1.599	1.986			
Total do ativo	14.181	6.404	Total do passivo	14.181	6.404

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro:

		2010
Receitas operacionais, líquidas	10.796	3.337
Despesas administrativas e vendas	(3.446)	(2.325)
Resultado financeiro líquido	414	1.014
Outras despesas operacionais		(396)
Imposto de renda e contribuição social	(2.670)	(462)
Lucro líquido do exercício	5.094	1.168

(c) Movimentação dos investimentos na controladora

	Ingresso.com S.A.	8M Participações Ltda.	Submarino Viagens e Turismo Ltda.	Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	ST - Importações Ltda.	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010	13.131	2.116	6.382	4.131	4.210	29.970
Equivalência patrimonial	3.909	748	3.729	1.168	1.248	10.802
Saldo em 31 de dezembro de 2010	17.040	2.864	10.111	5.299	5.458	40.772
Equivalência patrimonial	2.68 <u>5</u>	1.320	7.486	5.094	1.852	18.437
Saldo em 31 de dezembro de 2011	19.725	4.184	17.597	10.393	7.310	59.209

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(d) Outras informações sobre controladas e controlada em conjunto

	-			2011
	% Participação	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Controladas diretas				
Ingresso.com	100	6.998	19.725	2.685
8M Participações Ltda.	100	2.661	4.184	1.320
B2W Viagens e Turismo Ltda.	84,27	3.922	20.882	8.883
ST Importações Ltda.	100	4.050	7.310	1.852
Controlada em conjunto Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	50	24.010	20.786	10.188
				2010
	% Participação	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Controladas diretas				
Ingresso.com	100	6.998	17.040	3.909
8M Participações Ltda.	100	2.661	2.864	748
Submarino Viagens e Turismo Ltda.	84,27	3.922	11.999	4.425
ST Importações Ltda.	100	4.050	5.458	1.248
Controlada em conjunto				
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	50	24.010	10.598	2.336

13 Transações com partes relacionadas

(a) Acordo de cooperação comercial e outras avenças

Em 31 de dezembro de 2011, esta operação atingiu o montante de R\$ 17.577 (R\$ 16.354 em 31 de dezembro de 2010). Além disso, em 31 de dezembro de 2011 não existia valor a receber proveniente da cooperação (R\$ 5.932 em 31 de dezembro de 2010).

(b) Operações com a controladora

O resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 representam recuperações das seguintes despesas: (i) aluguel da Sede no valor de R\$ 1.674 e R\$ 1.494 respectivamente; (ii) Honorários da Diretoria no montante de R\$ 1.086 e R\$ 1.517 respectivamente. Além disso a Companhia tem a receber R\$ 838 a título de reembolso de despesas diversas.

(c) Licenciamento do uso da marca Americanas.com e marcas similares

A Companhia firmou contrato de licença para uso de marca com a LASA, pelo qual é concedida a licença de uso da marca Americanas.com e marcas similares, em caráter exclusivo, para as atividades compreendidas no seu objeto social. Conforme estabelecido no referido contrato, o licenciamento da marca será gratuito enquanto a LASA detiver participação societária relevante na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(d) Remuneração dos administradores

As transações, remunerações e benefícios com os Administradores e principais executivos da Companhia e controladas encontram-se descritas nas Notas 22 e 29 conforme preconizado pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (IAS 24).

(e) Operação de quiosques

A Companhia mantém contrato com a controladora LASA, visando desenvolver em conjunto ações de incremento de sinergia de suas operações com a instalação de quiosques da marca Americanas.com nas dependências comerciais da LASA. Com base nesse contrato, os pagamentos das operações realizadas no site da Americanas.com pelos clientes podem também ser efetuados nos caixas de qualquer das lojas da LASA.

Os valores provenientes dessas operações, que sejam pagas nos PDVs da LASA, são integral e mensalmente repassados à Companhia, líquidos dos custos incorridos pela LASA na operação dos quiosques. Dessa forma, o valor total a receber decorrente da operação de todos quiosques instalados era de R\$ 20.443 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 17.205 em 31 de dezembro de 2010) sendo que o montante dos custos operacionais da LASA ressarcidos pela B2W totalizou R\$ 2.072 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

(f) Emissão privada de debêntures

Em 7 de dezembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a primeira emissão privada de debêntures simples da Companhia, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única. A emissão não foi objeto de registro perante a CVM, uma vez que as debêntures foram objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, totalmente subscritas pela BWU Comércio Entretenimento S.A., subsidiária integral da controladora da Lojas Americanas S.A. Os requisitos e características da emissão foram relacionados na Nota 18.

(g) Saldos em aberto

Os saldos com partes relacionadas, classificados em "Partes relacionadas", no Ativo não circulante, são referentes à contas-correntes operacionais e quiosques entre as empresas do grupo, sem incidência de juros.

		Saldos de ativo	
	2011	2010	
Controladora Lojas Americanas S.A.	19.604	19.361	
Controladas diretas Ingresso.com S.A. Submarino Viagens e Turismo Ltda. B2W Rental Outros	118 6.273 25.495 46	1.210 10.278 13.868 318	
Controlada em conjunto Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	31.932	<u>25.674</u> <u>579</u>	
	51.536	45.614	

Os saldos consolidados estão apresentados pelos repasses efetuados a LASA por conta das operações mencionadas acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

14 Imobilizado

							Con	troladora
	Terrenos	Instalações e móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Equipamentos de informática	Obras em andamento	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010 Aquisições Transferências Depreciação	5.754	22.002 3.960 (3.911) (2.619)	53.811 37.962 7.763 (6.10 <u>5</u>)	5.626 652 (3.540) (26 <u>3</u>)			317 (312) (1)	88.011 44.048 (9.588)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Aquisições Baixas Transferências Depreciação	5:754 (50)	19.432 58.451 (688) (1.045) (4.646)	93.431 24.788 (415) (187) (6.697)	2.475 3.143 (11) 392 (1.220)	790	(4)	4 18 (1) 54 (72)	122.471 90.883 (1.258) (13.509)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>5.704</u>	71.504	110.920	4.779	5.339	337	3	198.587
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Custo total Baixas Transferências Depreciação acumulada	5.754 (50)	90.751 (688) (1.045) (17.514)	133.437 (415) (187) (21.91 <u>5</u>)	13.653 (11) 392 (9.2 <u>55</u>)	790	(4)	87 (1) 54 (1 <u>37</u>)	276.737 (1.258) (76.892)
Valor residual	5.704	71.504	110.920	4.779	5.339	337	3	198.587
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Custo total Depreciação acumulada	5.754	32.300 (12.868)	108.649 (15.218)	10.510 (8.0 <u>35</u>)	28.572 (27.197)		69 (6 <u>5</u>)	185.854 (63.383)
Valor residual	<u> </u>	19.432	93.431	2.475	1.375		4	122.471
Taxa anual de depreciação		6,82%	5.81%	10%	9,47%		10%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

								Con	nsolidado
	Terrenos	Instalações e móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Equipamentos de informática	Bens para locação	Obras em andamento	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010 Aquisições Transferências Depreciação/amortização	5.754	22.704 4.115 (3.911) (2.743)	53.926 38.054 7.763 (6.142)	5.680 684 (3.540) (269)		3.029 6.906 (2.402)		320 (312) (3)	92.826 51.604 (12.481)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Aquisições Baixas Transferências Depreciação/amortização	5.754 (50)	20.165 58.710 (688) (1.046) (4.814)	93.601 24.763 (415) (188) (6.71 <u>5</u>)	2.555 3.138 (11) 393 (1.229)	791	7.533 9.874 (<u>5.075</u>)	(3)	5 18 (1) 53 (72)	131.949 101.496 (1.258) (19.150)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	5.704	72.327	111.046	4.846	6.441	12.332	338	3	213.037
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Custo total Baixas Transferências Depreciação acumulada	5.754 (50)	91.971 (688) (1.046) (17.910)	133.681 (415) (188) (22.032)	13.739 (11) 393 (9.275)	791	20.400 (8.068)	(3)	99 (1) 53 (148)	301.339 (1.258) (87.044)
Valor residual	5.704	72.327	111.046	4.846	6.441	12.332	338	3	213.037
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Custo total Depreciação acumulada	5.754	33.261 (13.096)	108.918 (15.31 <u>7</u>)	10.601 (8.046)	30.702 (28.366)	10.526 (2.99 <u>3</u>)		81 (76)	199.843 (67.894)
Valor residual	<u>5.754</u>	20.165	93.601	2.555	2.336	7.533		<u> </u>	131.949
Taxa anual de depreciação		6,82%	5,81%	10%	9,47%	33%		10%	

^(*) Calculada com base nos respectivos prazos dos contratos de aluguel. O prazo médio dos contratos de aluguel é de 10 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Intangível 15

					Co	<u>ntroladora</u>
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online®	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010 Adições Amortização	82.575	26.407 161 (12.338)	252.323 228.007 (27.398)	18.849 (1.106)	939 14	381.093 228.182 (40.842)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Adições Amortização	82.575	14.230 1.138 (10.377)	452.932 260.878 (37.066)	17.743 (1.104)	953	568.433 262.016 (48.547)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	82.575	4.991	676.744	16.639		781.902
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Custo total Amortização acumulada	138.048 (55.473)	76.230 (71.239)	779·757 (103.01 <u>3</u>)	21.060 (4.421)	953	1.016.048 (234.146)
	82.575	4.991	676.744	16.639		781.902
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Custo total Amortização acumulada	138.048 (55.473)	75.092 (60.862)	518.879 (65.947)	21.060 (3.317)	953	754.032 (185.599)
	82.575	14.230	452.932	17.743	953	568.433
Taxas anuais de amortização - %	Indefinida	12,72	12,17	5,26	Indefinida	
	-				Co	onsolidado
			Desenvol-	Licença de uso		
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	vimento de web sites e sistemas	da marca BLOCKBUSTER Online®	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010 Adições Amortização	aquisições de	de uso de	vimento de web sites	da marca BLOCKBUSTER	Outros 945 14	Total 392.842 237.010 (43.286)
Adições	aquisições de investimentos	35.745 9.184	vimento de web sites e sistemas 252.515 227.812	da marca BLOCKBUSTER Online®	945	392.842 237.010
Adições Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2010 Adições	aquisições de investimentos 84.788	35.745 9.184 (14.751) 30.178 11.140	vimento de web sites e sistemas 252.515 227.812 (27.430) 452.897 265.223	da marca BLOCKBUSTER Online® 18.849 (1.105)	945 14 959	392.842 237.010 (43.286) 586.566 276.517
Adições Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2010 Adições Amortização	aquisições de investimentos 84.788 84.788	35.745 9.184 (14.751) 30.178 11.140 (12.397)	vimento de web sites e sistemas 252.515 227.812 (27.430) 452.897 265.223 (39.989)	da marca BLOCKBUSTER Online® 18.849 (1.105) 17.744 (1.105)	945 14 959 154	392.842 237.010 (43.286) 586.566 276.517 (53.491)
Adições Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2010 Adições Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2011 Saldos em 31 de dezembro de 2011 Custo total	84.788 84.788 84.788	35.745 9.184 (14.751) 30.178 11.140 (12.397) 28.921	vimento de web sites e sistemas 252.515 227.812 (27.430) 452.897 265.223 (39.989) 678.131	da marca BLOCKBUSTER Online® 18.849 (1.105) 17.744 (1.105) 16.639	945 14 959 154 1.113	392.842 237.010 (43.286) 586.566 276.517 (53.491) 809.592
Adições Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2010 Adições Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2011 Saldos em 31 de dezembro de 2011 Custo total	84.788 84.788 84.788 84.788	35.745 9.184 (14.751) 30.178 11.140 (12.397) 28.921	vimento de web sites e sistemas 252.515 227.812 (27.430) 452.897 265.223 (39.989) 678.131	da marca BLOCKBUSTER Online® 18.849 (1.105) 17.744 (1.105) 16.639	945 14 959 154 1.113	392.842 237.010 (43.286) 586.566 276.517 (53.491) 809.592
Adições Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2010 Adições Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2011 Saldos em 31 de dezembro de 2011 Custo total Amortização acumulada Saldos em 31 de dezembro de 2010 Custo total	aquisições de investimentos 84.788 84.788 84.788 143.548 (58.760) 84.788	de uso de software 35.745 9.184 (14.751) 30.178 11.140 (12.397) 28.921 107.039 (78.118) 28.921	vimento de web sites e sistemas 252.515 227.812 (27.430) 452.897 265.223 (39.989) 678.131 784.099 (105.968) 678.131	da marca BLOCKBUSTER Online® 18.849 (1.105) 17.744 (1.105) 16.639 21.060 (4.421) 16.639	945 14 959 154 1.113	392.842 237.010 (43.286) 586.566 276.517 (53.491) 809.592 1.056.859 (247.267) 809.592

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Em 2010, a Administração da Companhia revisou a vida útil econômica dos principais grupos de ativos intangíveis, tendo como base laudos de especialistas internos, o que resultou nas seguintes modificações de taxas:

	Antiga taxa de <u>amortização</u>	Nova taxa de amortização
Direito de uso de software	20%	12,72%
Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas	20%	12,17%
Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online®	5,30%	5,26%

Essas mudanças de estimativas de vida útil desses ativos tiveram seus efeitos reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2010. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2010, o efeito da revisão da vida útil dos ativos representou uma redução da amortização no montante de R\$ 20.575 na controladora e no consolidado, substancialmente reconhecidos na linha de despesa de depreciação e amortização das demonstrações do resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ágios apurados nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

		Controladora				Con		
	2011		2010		2011			
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	<u>Líquido</u>
Ágio em aquisições de investimentos TV Sky Shop Ingresso.com 8M Participações	135.305 2.743	(53.866) (1.608)	81.439 1.136	81.439 1.136	135.305 6.164 2.079	(53.866) (3.613) (1.281)	81.439 2.551 798	81.439 2.551 798
	138.048	(55.474)	82.575	82.575	143.548	(58.760)	84.788	84.788

(a) Ágios em aquisições de investimentos

O ágio referente ao investimento na TV Sky Shop S.A. foi apurado quando da aquisição da Shoptime S.A. (Shoptime) e da TV Sky Shop S.A. (TV Sky) pela Americanas.com. Em 31 de agosto de 2005, a Americanas.com adquiriu o equivalente a 98,85% do capital da Shoptime, detentora de 56% do capital da TV Sky, e 44% do capital da TV Sky. No primeiro trimestre de 2006, a Americanas.com adquiriu 1,15% faltante da Shoptime, totalizando 100% do capital desta.

Em 1º de agosto de 2006, a Shoptime foi incorporada por sua controlada TV Sky e, dessa forma, o ágio registrado na Americanas.com em referência ao investimento na Shoptime foi somado ao ágio referente ao investimento na TV Sky, montando ao valor total de R\$ 135.305. Com a fusão da Americanas.com e Submarino S.A. em 13 de dezembro de 2006, foi formada a B2W, sucedendo todos os direitos e obrigações de Americanas.com e, consequentemente, a parcela do ágio referente à TV Sky. Em 31 de março de 2007, foi deliberada, em AGE, a incorporação da Companhia à TV Sky Shop S.A. O mencionado ágio foi mantido, em consonância com o ofício circular CVM 001/2007.

Os saldos de ágios apurados nas aquisições das participações societárias estão suportados por estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura das empresas e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 utilizando os prazos de 5 a 10 anos, conforme proporção dos resultados futuros esperados nestas investidas. A partir de 1º de janeiro de 2009, estes ágios estão sujeitos somente à avaliação de *impairment*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2011, estes ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 10% ao ano como taxa de crescimento (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto de 12% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados. Para o teste de *impairment* do ágio de Tv Sky, a Companhia utilizou a B2w como unidade geradora de caixa. O teste de recuperação dos ativos efetuado não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

(b) Desenvolvimento de web sites e sistemas/ Direitos de Uso de *Software*

Representam, gastos com plataforma E-commerce (desenvolvimento de Infra-estrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e layout gráfico dos sites), gastos com implantação de sistema ERP e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos.

Seguindo sua trajetória de inovação, a B2W continua investindo em novas funcionalidades com o objetivo, principalmente, de melhorar a experiência de compra, aumentar a taxa de conversão e reforçar o posicionamento das marcas, além de implementar novas funcionalidades operacionais da Companhia. Ao longo dos nove primeiros meses de 2011 foram implementados ao todo 80 projetos, envolvendo desde melhorias na estrutura da plataforma tecnológica até novas funcionalidades. Dentre os projetos recém-lançados destacamos:

- Lançamento do site "SouBarato.com". A B2W lançou o site "SouBarato.com", criando um importante canal para a comercialização de produtos semi-novos.
- Lançamento do serviço "Entrega Atômica". O Submarino lançou o serviço "Entrega Atômica", realizando entrega no mesmo dia para a cidade de São Paulo, oferecendo um serviço diferenciado para os consumidores.
- Reformulação do sistema de busca dos 3 sites. A B2W reformulou o sistema de busca dos sites Americanas.com, Submarino e Shoptime, tornando o serviço mais assertivo e com foco na relevância e na popularidade de cada item.
- Lançamento da plataforma QR Code no Submarino. O Submarino lançou uma forma inovadora
 para os clientes acessarem ofertas exclusivas, o QR Code, que com a leitura de um código de
 barras especial através da câmera do celular, permite o acesso às promoções do site do
 Submarino.
- Implementação da ferramenta de "Compra com 1 Clique" no Shoptime. Após implementar a ferramenta de compra mais rápida da internet na Americanas.com, no Submarino e na Ingresso.com, agora é a vez do primeiro canal de Home Shopping do Brasil oferecer a comodidade e a rapidez da "Compra com 1 Clique".

(c) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de captação de empréstimos capitalizados durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi de R\$ 38.103 e R\$ 13.720, respectivamente. A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 118,4% do CDI em 2011 (119,9% do CDI em 2010), correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

16 Diferido

			Co	<u>ntroladora</u>
			2011	2010
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Despesas pré-operacionais	84.700	(57.059)	27.641	44.030

O prazo de amortização do ativo diferido é de 5 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

17 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

				<u>Controladora</u>		Consolidado
Objeto	Encargos anuais	Vencimento final	2011	2010	2011	2010
Em moeda nacional						
Capital de giro	115,2% CDI a 135,0% CDI	18.11.2016	446.908	439.369	551.176	471.534
BNDES (i)	TJLP + 3,5% aa a 5,8% a.a.	15.01.2016	372.443	354.656	375.679	361.128
Quotas FIDC (iv)	111,0% a 155,0% do CDI	24.02.2016			378.586	
Em moeda estrangeira (iii)						
Capital de giro (ii)	US\$ + 3,93% a 7,89% a.a.	30.04.2015	470.870	456.777	560.300	567.048
Operações de <i>swap</i> (ii)	113,3 % CDI a 134,0% CDI	30.09.2013	(62.432)	(18.429)	(65.81 <u>5</u>)	(12.48 <u>5</u>)
			1.227.789	1.232.373	1.799.926	1.387.225
Parcela do não circulante			(785.086)	(1.032.444)	(1.163.672)	(1.035.337)
Parcela do circulante			442.703	199.929	636.254	351.888

- (i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (investimentos em tecnologia da informação, implantação de centro de distribuição, aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos em projeto social), PEC (Capital de Giro), BNDES Automático e "Cidadão conectado Computador para todos".
- (ii) As operações em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de *swap* (Nota 4).
- (iii) Captação consoante a Resolução nº 2.770 do Banco Central do Brasil (BACEN).
- (iv) Representa o saldo das quotas sênior e subordinadas mezanino emitidas pelo FIDC (Nota 7(a).(b).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento

		Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	
2012		425.278		428.170	
2013	259.369	271.029	259.369	271.029	
2014	141.701	107.699	141.701	107.699	
2015	351.587	198.438	351.587	198.439	
2016	32.429	30.000	411.015	30.000	
	785.086	1.032.044	1.163.672	1.035.337	

(c) Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por fianças bancárias e notas promissórias da Companhia.

(d) Linhas de crédito disponíveis

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam linhas de crédito com diversas instituições, a fim de utilizá-las nos momentos necessários para conduzir o crescimento orgânico da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

18 Debêntures

(a) Composição

(b)

	Data de emissão	Vencimento	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
1 ^a Emissão pública 2 ^a Emissão pública 1 ^a Emissão privada	10.07.08 21.07.10 22.12.10	10.07.13 21.07.14 22.12.16	Pública Pública Privada	36.440 100 200	R\$ 10 R\$ 1.000 R\$ 1.000	CDI+2% IPCA+8,4% 111,5% CDI	111.191 200.640	385.933 105.610 200.717
•					·	,-	311.831	692.260
Custos com as captações (*)							(86 <u>5</u>)	(1.156)
							310.966	691.104
Parcela do não circulante							(302.663)	(499.879)
Parcela do circulante							8.303	191.225
Movimentação								
				·	1 ^a Emissão Pública	2 ^a Emissão Pública	1 ^a Emissão Privada	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2010 Captação					382.683	100.000	200.000	382.683 300.000
Amortização de principal Amortização de juros Encargos financeiros					(38.989) 42.2 <u>39</u>	5.610	<u>717</u>	(38.989) 48.566
Saldo em 31 de dezembro de 2010 Amortização de principal Amortização de juros					385.933 (364.400) (54.235)	105.610 (7.749) (1.054)	200.717 (26.110)	692.260 (372.149) (81.399)
Encargos financeiros					32.702	14.384	26.033	73.119
Saldo em 31 de dezembro de 2011						111.191	200.640	311.831

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(c) Informações sobre a 1ª emissão pública de debêntures

Na reunião do Conselho de Administração realizada nos dias 2 de julho de 2008 ratificada em 18 de julho de 2008, foi deliberada a primeira emissão e distribuição pública de debêntures, conforme demonstrado abaixo:

Data da emissão	Quantidade emitida	Quantidade colocada no mercado	Valor unitário	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais
10.07.2008	36.440	36.440	10	R\$ 364.400	CDI + 2%

As debêntures emitidas possuem as seguintes características:

- Conversibilidade: As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
- Tipo e forma: As debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- **Prazo e data de vencimento:** As debêntures tem prazo de vencimento de 5 anos a contar da data de emissão, com vencimento final em 10 de julho de 2013.
- **Amortização:** As debêntures serão amortizadas anualmente em 3 parcelas consecutivas a partir do 3º ano, a contar da data de emissão, nas seguintes datas: 10 de julho de 2011, 10 de julho de 2012 e 10 de julho de 2013.
- Remuneração: As debêntures renderão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI Depósitos Interfinanceiros de um dia, "extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de um spread de 2% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário de R\$ 10.
- **Periodicidade de pagamento da remuneração:** Os valores relativos à remuneração serão pagos semestralmente, sempre no dia 10 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 10 de janeiro 2009.
- **Distribuição e colocação:** As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.
- **Índices financeiros:** Os índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia, a partir do 3º trimestre de 2008, devem ser menor ou igual a (i) Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Adaptado menor ou igual a 2,90x; e, (ii) EBITDA Adaptado/Resultado Financeiro Líquido Consolidado maior ou igual a 1,5x.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia atendeu às cláusulas restritivas (índices financeiros) estabelecidas na escritura pública das debêntures.

• **Garantia:** As debêntures são da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Em 28 de setembro de 2011, foi efetuada a Amortização Programada Facultativa da 1ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia, no montante de R\$ 250.326, conforme comunicado aos titulares das debêntures divulgado em 23 de Setembro de 2011. A Amortização Programada Facultativa foi realizada juntamente com o pagamento de prêmio aos debenturistas no valor de R\$2.253, segundo metodologia de cálculo definida no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Série Única, para Distribuição Pública, da B2W - Companhia Global do Varejo, alterada conforme as deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 20 de Setembro de 2011.

(d) Informações sobre a 2ª emissão pública de debêntures

Em 14 de julho de 2010, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a segunda emissão de debêntures da Companhia, para distribuição pública no mercado de capitais local, sob o regime de garantia firme de subscrição, com esforços restritos de colocação, ao amparo da Instrução CVM 476:

Data da emissão	Quantidade emitida	Quantidade colocada no mercado	Valor unitário	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais
21.07.2010	100	100	1.000	R\$ 100.000	IPCA + 8,4%

As debêntures emitidas possuem as seguintes características:

- **Conversibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- Tipo e Forma: As debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- **Prazo e data de vencimento:** As debêntures tem prazo de vencimento de 4 anos a contar da data de emissão, com vencimento final previsto para 21 de julho de 2014.
- **Amortização do valor nominal unitário:** O valor nominal unitário atualizado (conforme descritivo abaixo) das debêntures será pago integralmente na Data de Vencimento.
- **Remuneração:** O valor nominal unitário das debêntures esta sendo atualizado pela variação do Indice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") sobre o valor nominal unitário atualizado incidirão juros remuneratórios equivalentes a 8,40% ao ano.
- **Periodicidade de pagamento dos juros remuneratórios:** Os juros remuneratórios são pagos anualmente, em 21 de julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 21 de julho de 2011 e o último pagamento devido na data de vencimento em julho de 2014.
- **Distribuição e colocação:** As debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas, nem lotes mínimos ou máximos.
- **Índices financeiros:** O índice financeiro calculado com base nas informações trimestrais, consolidadas da Companhia, a partir do terceiro trimestre de 2010, é: Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Adaptado menor ou igual a 2,90.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia atendeu às cláusulas restritivas (índices financeiros) estabelecidas na escritura pública das debêntures.

• **Garantia:** As debêntures são da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Companhia.

(e) Informações sobre a 1ª emissão privada de debêntures

Em 7 de dezembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a primeira emissão privada de debêntures simples da Companhia, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única. A emissão não foi objeto de registro perante a CVM, uma vez que as debêntures foram objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores:

Data da emissão	Quantidade emitida	Valor unitário	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais
22.12.2010	200	1.000	R\$ 200.000	111,5% DI

As debêntures emitidas possuem as seguintes características:

- **Subscritor:** As debêntures foram integralmente subscritas pela BWU Comércio Entretenimento S.A., subsidiária integral da Lojas Americanas S.A.
- **Conversibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- Tipo e Forma: As debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- **Prazo e data de vencimento:** As debêntures tem prazo de vencimento de 6 anos a contar da data de emissão, com vencimento final em dezembro de 2016.
- **Amortização do valor nominal unitário:** O valor nominal unitário atualizado das debêntures será pago integralmente na data de vencimento.
- Remuneração: As debêntures renderão juros, correspondentes a 111,5% da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, "extra Grupo" ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP, no informativo diário, disponível em sua pagina na Internet (http://www.cetip.com.br), na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta dois) dias úteis (a "Taxa Máxima"), incidentes sobre o valor nominal unitário, a partir da data de emissão ou da última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização ("remuneração").
- **Periodicidade de pagamento da remuneração:** A remuneração será paga anualmente, sempre no dia 22 de dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 22 de dezembro de 2011 e o último pagamento devido na data de vencimento.
- **Índices financeiros:** O índice financeiro calculado com base nas informações trimestrais, consolidadas da Companhia, a partir do quarto trimestre de 2010, deve ser: Dívida Líquida Consolidada/EBITDA Adaptado menor ou igual a 2,90x, consideradas as seguintes definições:

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia atendeu às cláusulas restritivas (índices financeiros) estabelecidas na escritura privada de debêntures simples.

- **Distribuição e colocação:** A colocação das debêntures foi efetuada na forma privada, sem a interveniência de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.
- **Repactuação:** É permitida a repactuação das Debêntures desde que de comum acordo entre a emissora e o Debenturista.

19 Impostos, taxas e contribuições (circulante)

	C	Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
ICMS ISS PIS e COFINS IPI Outros	4.831 50	1.374 507	5.378 521 1.390 665 321	2.654 695 1.387 1.783 277
	4.881	1.881	8.275	6.796

20 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas e controlada em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por departamento jurídico interno e por advogados externos. Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam R\$ 19.775 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 13.413 em 31 de dezembro de 2010), na controladora, e R\$ 19.802 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 13.847 em 31 de dezembro de 2010), no consolidado. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas por cartas de fiança.

(a) Provisões constituídas

		Controladora		Consolidado
	2011	2010	2011	2010
Fiscais	2.186	1.917	2.186	1.917
Trabalhistas	1.025	1.879	1.025	1.879
Cíveis	12.130	9.015	12.130	9.015
	15.341	12.811	15.341	12.811

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Fiscais

Referem-se substancialmente, a processo por auto de infração lavrado para cobrança de suposto débito de ICMS.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas também são parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas-extras entre outros.

Cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2011, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões.

Movimentação da provisão para contingências:

			Co	<u>ntroladora</u>
	<u>Fiscais</u>	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010 Pagamentos/reversão	2.623 (706)	1.879	9.015	13.517 (706)
Saldos em 31 de dezembro de 2010 Pagamentos/reversão Variação monetária	1.917 259 10	1.879 (870) 16	9.015 3.010 105	12.811 2.399 131
Saldos em 31 de dezembro de 2011	2.186	1.025	12.130	15.341

(b) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui demandas administrativas e judiciais de natureza cível no montante aproximado de R\$ 37.130, (R\$ 90.637 em 31 de dezembro de 2010), controladora e consolidado, classificadas pelos seus assessores jurídicos como "perdas possíveis" e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída sobre as mesmas.

As principais demandas administrativas/judiciais, classificadas como "perdas possíveis" na Controladora, referem-se substancialmente parágrafo (a) a ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor ("PROCON") em diversos Estados, referentes a ações do tipo reclamação e indenizatórias, no valor aproximado de R\$ 12.395 (R\$ 42.650 em 31 de dezembro de 2010).

(i) A ação da natureza tributária referente a auto de infração lavrado para a cobrança de débito de IRPJ e CSLL decorrente de aproveitamento supostamente indevido de prejuízo fiscal e base negativa CSLL, uma vez que não observado o limite de 30% para realização da compensação, no valor aproximado de R\$ 4.553 (R\$ 41.100 em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 ações ordinárias. Não existe direito de preferência para subscrição de ações. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social é representado por 159.816.337 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal (113.562.867 ações, em 31 de dezembro de 2010).

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	Número de ações		
	2011	2010	
Lojas Americanas S.A The Bank of New York - Programa ADR	92.157.006	62.389.539	
Openheimer Devel Markets Fund	15.109.458	9.267.100	
Administradores	216.407	183.142	
Outros acionistas ("free floating")	49.053.484	38.443.104	
Ações em tesouraria	3.279.982	3.279.982	
	159.816.337	113.562.867	

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	Ordinárias nominativas
Em 1º de janeiro de 2010	113.535.372
Subscrição e integralização	27.495
Em 31 de dezembro de 2010	113.562.867
Subscrição e integralização	46.253.470
Em 31 de dezembro de 2011	159.816.337

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de julho de 2010, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$ 925, com a consequente emissão de 27.495 ações ordinárias, em razão do exercício de opções outorgados no âmbito do Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia (Nota 22).

(c) Ações em tesouraria

Em 8 de maio de 2008, o Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Instrução CVM nºs 10/80 e 268/97, aprovou o programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia, utilizando reservas patrimoniais, com o objetivo de mantê-las em tesouraria ou cancelamento, podendo efetuar posterior alienação, durante os próximos 365 dias, até o limite de 4.971.895 ações ordinárias, que correspondem a 10% das ações em circulação no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou excesso de ações em tesouraria em relação às reservas disponíveis e, portanto, consoante as referidas instruções da CVM, as ações em tesouraria estão sendo integralmente canceladas "ad referendum" da Reunião de Conselho de Administração (Nota 31).

Movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade de ações	Saldo R\$ mil	Custo médio ponderado de aquisição
Em 1º de janeiro de 2010	3.341.023	222.701	66,66
Venda de ações	(61.041)	(4.070)	66,66
Em 31 de dezembro de 2010	3.279.982	218.631	66,66
Em 31 de dezembro de 2011	3.279.982	218.631	66,66
Cancelamento de ações em 1º de março de 2012	(3.279.982)	(218.631)	
Valor de mercado em 31 de dezembro de 2011 por ação	R\$ 9,00		

Os custos mínimos e máximos de aquisição por ação foram de R\$ 46,39 e R\$ 74,20, respectivamente.

(d) Subscrição de capital

Em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 14 de junho de 2011 foi homologado o aumento do capital social, aprovado em Reunião do Conselho de Administração no dia 23 de março de 2011, em vista da subscrição e total integralização das 46.253.470 ações ordinárias, emitidas pela Companhia, ao preço de R\$ 21,62 (vinte um reais e sessenta dois centavos) por ação, totalizando R\$ 1.000.000.

(e) Reserva de capital

Essa reserva foi constituída em decorrência do processo de reestruturação societária em 2007, em contrapartida de acervo líquido incorporado.

(f) Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei n^o 6.404/76.

(g) Reserva para expansão

A reserva para investimentos futuros é constituída com base em orçamento de capital a ser submetido à aprovação dos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas e destina-se a planos de investimentos futuros da Companhia. Os lucros remanescentes do exercício terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral Ordinária, de acordo com a proposta submetida pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(h) Destinação do lucro líquido do exercício de 2010

	R\$ por de mil ac exclu açõe R\$ tesou	
Lucro líquido do exercício Constituição da reserva legal (5%)	22.672 (1.1 <u>34</u>)	
Dividendos destinados (25%)	21.538 (5.38 <u>3</u>)	48,82
Constituição da reserva para expansão	16.155	

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos obrigatórios anuais mínimos de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício na forma da legislação em vigor.

(i) Prejuízo do exercício de 2011

A Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011 que está sendo parcialmente compensado com as reservas de lucros e de capital remanescentes, após o cancelamento das ações em tesouraria.

22 Pagamento baseado em ações

A Companhia aprovou, na AGE de 13 de dezembro de 2006, Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano B2W"), na forma do § 3º do art. 168 da Lei nº 6.404/76, destinado aos seus Administradores e empregados. A AGE de 31 de março de 2007 que deliberou sobre a incorporação da Companhia na TV Sky Shop S.A. ratificou a manutenção do Plano aprovado em dezembro de 2006, como mencionado. As opções são limitadas a 3% do total do capital social.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou por um Comitê por ele designado e possui as seguintes características:

- o equivalente a 10% da opção deverá ser exercido pelo beneficiário na data da outorga;
- o restante da opção não terá prazo de carência, podendo ser exercido total ou parcialmente a qualquer momento, até o término do programa;
- o preço de emissão, o preço de compra será equivalente ao valor médio do preço de fechamento
 das opções da Companhia nos últimos 22 pregões da Bolsa de Valores de São Paulo BOVESPA
 anteriores à data da concessão da opção, sendo o pagamento do preço de emissão ou de compra
 do lote residual acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM e ainda juros de
 6% ao ano a contar da data da outorga;
- o preço de exercício das opções não exercidas será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação, pagos pela Companhia na data da outorga;

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

- as ações exercidas poderão ser livremente alienadas por seus beneficiários quando estas tiverem sido totalmente integralizadas e forem observadas as condições definidas no Plano; e
- a Companhia possui preferência na opção de recompra das ações uma vez cessada a relação de trabalho.

Na AGE realizada em 31 de agosto de 2011, a Companhia aprovou a reforma de seu Plano de Opção de Compra de Ações onde as principais alterações encontram-se descritas abaixo:

- as opções poderão ser exercidas da forma prevista em cada programa, durante o prazo e nos períodos fixados nos Programas e nos respectivos Contratos;
- o preço de emissão, o preço de compra será equivalente a média ponderada das cotações das ações da Companhia no fechamento nos últimos 22 pregões da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) anteriores à data da concessão da opção, podendo ser atualizado monetariamente com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) produzido pelo IBGE, ou outro índice a ser determinado pelo Conselho de Administração, e acrescido de juros, conforme taxa determinada pelo Conselho de Administração; e
- as ações exercidas poderão ser livremente alienadas por seus beneficiários quando estas tiverem sido totalmente integralizadas e for observado o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de Ações.

Apresentamos abaixo demonstrativo dos Programas de 2009 e 2007 que encontravam-se em aberto em 31 de dezembro de 2011 oferecidos aos principais executivos da Companhia:

		Programa
	2009	2007
Volume global (ON)	1.189.414	1.099.868
Preço de exercício	33,63	45,46
Prazo limite de exercício	6 anos	6 anos
Data da subscrição	30.07.2010	10.12.2007 e 23.09.2008
Quantidade de ações ofertadas	1.006.861	906.736
Quantidade de ações não exercidas	121.500	207.216
Quantidade de ações canceladas	137.500	658.392
Custo médio ponderado das ações não exercidas	37,39	65,14

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

O valor justo das ações outorgadas pelo Plano B2W foi estimado com base no modelo de valorização de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

		Programa
	2009	2007
Taxa livre de risco	10,64%	9,79%
Duração do "Plano" em anos	6	6
Volatilidade anualizada esperada	40,83%	45,30%
Dividend yield	0,23%	1,44%
Valor justo da opção na data de outorga (por ação)	28,85	19,43
Valor de mercado na data da outorga (por ação)	33,63	58,37
Taxa de desistência esperada (*)	50,00%	50,00%

(*) A taxa de desistência corresponde ao percentual das opções de ações outorgadas que a Companhia espera que não sejam exercidas, em função do não cumprimento por parte dos participantes das condições estabelecidas no Plano B2W. Esta taxa foi estimada pela Companhia com base em histórico e monitoramento do cumprimento das condições de performance dos participantes do Plano B2W.

Da data de aprovação do Plano B2W até 31 de dezembro de 2010 foram exercidas:

Período do exercício de opção	Quantidade de ações	Montante total em reais	Custo ponderado médio	mercado ponderado médio na data do exercício das opções
2007	69.952	3.180	45,46	78,10
2008	141.403	6.799	48,08	56,97
2010	27.495	925	33,63	28,74

Valor de

Os custos de remuneração provenientes do Plano B2W para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 2.559 (R\$ 2.516, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010). Os custos de remuneração têm como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital - reserva de opções outorgadas reconhecidas, uma vez que as opções, quando exercidas, são liquidadas através da emissão de novas ações ou utilização de ações mantidas em tesouraria. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do Plano B2W, calculado na data da outorga, registrado durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do Plano B2W a serem reconhecidos pela Companhia pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer) com base nas premissas utilizadas totalizam aproximadamente R\$ 3.403 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 5.962 em 31 de dezembro de 2010).

Com base na composição acionária do capital social em 31 de dezembro de 2011, o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas da Companhia em caso de exercício de todas as opções outorgadas é inferior a 1%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

23 Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidad	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas Receita bruta de serviços Devoluções e descontos incondicionais Impostos sobre vendas	4.386.539 193.841 (345.301) (386.683)	5.034.706 197.790 (1.049.462) (379.127)	4.386.539 667.073 (351.083) (470.392)	5.034.706 542.146 (1.049.462) (453.821)
Receita líquida	3.848.396	3.803.907	4.232.137	4.073.569

24 Resultado financeiro

	Co	Controladora		<u>onsolidado</u>
	2011	2010	2011	2010
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	45.288	26.105	86.843	27.875
Descontos financeiros obtidos	10.086	3.550	10.545	4.269
Ajuste a valor presente de contas a receber	121.411	95.903	121.411	95.903
Outras receitas financeiras	117	602	262	749
Total receita financeira	176.902	126.160	219.061	128.796
Juros e variação monetária dos empréstimos e financiamentos	(175.848)	(166.627)	(249.292)	(192.402)
Despesa com antecipação de recebíveis	(85.681)	(88.380)	(87.342)	(89.731)
Variação monetária do passivo fiscal	(622)	(1.205)	(632)	(1.398)
Despesas bancárias e tributos sobre transações financeiras	(7.623)	(16.623)	(8.834)	(16.690)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(91.559)	(79.076)	(91.559)	(79.076)
Descontos condicionais/concedidos	(108.585)	(84.501)	(121.561)	(89.302)
Juros sobre fornecedores em atraso	(8.306)	(3.483)	(8.306)	(3.483)
Outras despesas financeiras	(23.552)	(17.578)	(23.559)	(17.578)
Total despesa financeira	(501.776)	(457.473)	(591.085)	(489.660)
Resultado financeiro líquido	(324.874)	(331.313)	(372.024)	(360.864)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

25 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

		Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010	
Vendas					
Pessoal	(99.127)	(56.198)	(115.222)	(67.064)	
Ocupação	(26.745)	(24.547)	(26.900)	(24.840)	
Distribuição	(252.917)	(204.143)	(262.404)	(208.547)	
Outras (a)	(112.718)	(166.390)	(161.195)	(211.997)	
	(491.507)	(451.278)	(565.721)	(512.448)	
Gerais e administrativas					
Pessoal	(29.801)	(18.627)	(34.918)	(30.253)	
Ocupação	(128)	(374)	(684)	(631)	
Depreciação e amortização	(78.444)	(66.819)	(72.641)	(55.767)	
Outras (b)	(20.508)	(34.770)	(35.053)	(38.159)	
	(128.881)	(120.590)	(143.296)	(124.810)	

- (a) Referem-se, principalmente, a mídia *on* e *off line* e serviços terceirizados de atendimento a clientes.
- (b) Referem-se, principalmente, a honorários advocatícios, serviços de assessoria e consultoria e indenizações judiciais.

26 Lucro por ação

O lucro básico por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no exercício, excluindo as ações em tesouraria. O cálculo de lucro por ação diluído é calculado mediante o ajuste de quantidade média de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores (opções de compra de ações). O efeito anti-dilutivo de todas as potenciais ações são ignoradas no cálculo do lucro diluído por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

(a) Lucro (prejuízo) básico por ação

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Numerador Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(99.996)	22.672	(89.168)	33.587
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações				
em circulação	135.627	110.234	135.627	110.234
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação	(0,7373)	0,2057	(0,6575)	0,3047

(b) Lucro diluído por ação

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Numerador				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(99.996)	22.672	(89.168)	33.587
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações em circulação Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	135.627	110.234	135.627	110.234
Média ponderada ajustada de ações em circulação	135.627	110.234	135.627	110.234
Lucro líquido por ação diluído	(0,7373)	0,2057	(0,6575)	0,3047

27 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguros para os bens do estoque e do ativo imobilizado, bem como para roubos e furtos de numerário. Em 31 de dezembro de 2011, as coberturas da Companhia são assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R\$
Estoques e imobilizado	Incêndios e riscos diversos	614.211
•	Lucro cessante	221,216
	Responsabilidade civil	Até 20.000
	Roubos	1.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

28 Compromissos - Contratos de locação

A Companhia mantém um Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças com a Hulusa Comercial e Imóveis Ltda. (empresa não relacionada). Por meio destes instrumento, a Companhia, na qualidade de locatária, e a Hulusa, na qualidade de locadora, executaram um estudo de implantação de um novo centro de distribuição - CD a ser utilizado pela B2W no imóvel de propriedade da Hulusa. Este novo CD vem sendo usado pela Companhia a partir de agosto de 2008 mantendo ainda os CDs de Pirambóia e Osasco os quais se esperam que no futuro sejam consolidados para este novo CD pertencente a Hulusa.

O aluguel é atualizado mensalmente com base na média aritmética dos índices IGP-M e IPC (em 31 de dezembro de 2011 o valor do aluguel mensal era de R\$ 2.229). O prazo da locação é de 10 anos (120 meses), contados da data de celebração do referido instrumento de locação. Para garantia deste novo CD, a Companhia efetuou pagamentos no montante total de R\$ 10.000 que estão sendo compensados com os aluguéis vindouros, na razão de 50% do aluguel mensal. A controladora Lojas Americanas é fiadora, devedora solidária, e principal pagadora das obrigações da Companhia sob o referido contrato.

A Companhia incorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em despesas de aluguéis e outras relacionadas aos CDs o montante de R\$ 27.195 (R\$ 20.392 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os compromissos futuros oriundos destes contratos de locação dos CDs em uso, a valores de 31 de dezembro de 2010, são assim distribuídos:

	2012	2013	2014	201 5	2016 em diante
Aluguéis	28.554	29.982	31.481	33.055	34.708

29 Remuneração dos empregados e administradores

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2011, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 6.773 e R\$ 10.089, respectivamente (R\$ 7.281 e R\$ 11.169 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 22).

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

30 Outras informações

- (a) Caixa e equivalentes de caixa estão compostos basicamente por saldos em contas correntes bancárias.
- (b) Obrigações com fornecedores são decorrentes, principalmente, de compras de mercadorias para revenda de fornecedores nacionais.
- (c) Outras despesas operacionais líquidas são compostas, principalmente, por resultados não recorrentes relativos à solução dos problemas de entrega ocorridos no fim de 2010.

31 Eventos subsequentes

Em reunião do Conselho de Administração, realizado em 1º de março de 2012, foi aprovado o cancelamento integral das ações até então mantidas em tesouraria.

* * *